



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E NA CENTRAL DE MANDADOS DE BAGÉ EM 29.09.2016

Aos 29 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Bagé o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005348-07.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Coordenador Nilson Carvalho Dias, lotado nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 16.09.2015

Data de Implantação do PJe: 16.04.2015

Jurisdição: Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pedras Altas e Pinheiro Machado

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 29.09.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
André Vasconcellos Vieira	2ª Vara do Trabalho de Bagé

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Bagé gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários, e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício



				na Unidade Judiciária
1	Nilson Carvalho Dias	Analista Judiciário – Área Judiciária	Coordenador (CJ1)	24.10.05
2	Laura Beatriz Buroni Viglione	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	26.10.05
3	Ana Lucia Saliba	Analista Judiciário – Área Judiciária		24.10.05
4	Eduardo Rodrigues Barbosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.05.07
SEG	Mario De Mello Dias	Técnico Judiciário – Área Administrativa - Especialidade Segurança	-	28.06.07

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Celina Duval De Freitas	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	01.07.13
2	Raphael Paiva Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	06.08.09
3	Rosa Lucia Tellechea D Avila	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	24.10.05
4	Thais Albuquerque	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.05.09

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de



servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Nilson Carvalho Dias	Faltas injustificadas	04	16
		Curso ou Evento (CURS)	08	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
2	Laura Beatriz Buroni Viglione	Faltas injustificadas	04	37
		Curso ou Evento (CURS)	05	
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	27	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	01	
3	Ana Lucia Saliba	Faltas injustificadas	02	06
		Curso ou Evento (CURS)	02	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	01	
4	Eduardo Rodrigues Barbosa	Curso ou Evento (CURS)	01	01
5	Mario De Mello Dias	Faltas injustificadas	04	07
		Curso ou Evento (CURS)	02	
		Curso Parcial	01	

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Celina Duval De Freitas	Curso ou Evento (CURS)	01	04



		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	03	
2	Raphael Paiva Pereira	-	-	-
3	Rosa Lucia Tellechea D Avila	Curso ou Evento (CURS)	01	13
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	
4	Thais Albuquerque	Curso ou Evento (CURS)	03	05
		Dispensa do Ponto	02	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.09.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Coordenadoria e Distribuição dos Feitos de Bagé, a partir de 17.06.2015, houve limitação de expediente externo ao horário das 15h às 18h e interno ao horário das 13h às 18h, conforme a Portaria Conjunta nº 03/2015 do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé, expedida pelo Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Bagé, Luis Ulysses do Amaral de Pauli. Especificamente no dia 30.06.2015, houve a suspensão das atividades regulares de atendimento externo ao público e dos prazos nos processos físicos, observadas as questões de urgência mediante o acionamento do serviço de plantão, conforme a Portaria Conjunta nº 04/2015, da Direção do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho, expedida pelo Juiz Diretor do Foro, Luis Ulysses do Amaral de Pauli. Ainda, especificamente nos dias 08 e 09 de julho, houve a suspensão das atividades regulares de atendimento externo, dos prazos nos processos físicos, observadas as questões de urgência mediante o acionamento do serviço de plantão, conforme a Portaria Conjunta nº 05/2015, da Direção do Foro Trabalhista de Bagé, 1ª e 2ª Varas do Trabalho, expedida pelo Juiz Diretor do Foro, Luis Ulysses do Amaral de Pauli. Especificamente nos dias 20 e 21.07.2015, houve a suspensão das atividades regulares de atendimento externo ao público e dos prazos nos processos físicos, observadas as questões de urgência mediante o acionamento do serviço de plantão, conforme a Portaria Conjunta nº 06/2015, da Direção do Foro Trabalhista de Bagé e 2ª Vara do Trabalho, expedida pelo Juiz Diretor do Foro, André Vasconcellos Vieira.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Durante o período correcionado, não houve movimentação de servidores na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e na Central de Mandados de Bagé.



2.2.6 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.09.2016.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
Total em 2014	340	R\$ 1.883,64	R\$ 0,00
Média mensal em 2014	28,33	R\$ 156,97	R\$ 0,00
Total em 2015	263	R\$ 1.458,65	R\$ 0,00
Média mensal de 2015	21,92	R\$ 121,55	R\$ 0,00
Variação (%) 2014-2015	-22,65%	-22,56%	-
Total em 2016 (até julho)	133	R\$ 735,49	R\$ 0,00
Média mensal de 2016	19,00	R\$ 105,07	R\$ 0,00
Variação (%) 2015-2016	-49,43%	-49,58%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 12.09.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 21,92 certidões negativas por mês em 2015, média 22,65% inferior à verificada no ano anterior.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	9918- 67,91%	4686 – 32,09%	14604
Processos com reclamadas	38001 (Totalmente) – 84,36%	5922 – 13,15%	45045
	1122 (Parcialmente) – 2,49%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016, 11h21min)



O artigo 41, §4º, da CPCR dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 12.09.2016, 67,91% das reclamadas (9.918 reclamadas) dos processos físicos do Foro de Bagé encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restavam pendentes de unificação 4.686 cadastros de reclamadas. Houve pequeno aumento no número de cadastros de reclamadas não unificados na comparação com os dados de 2014, apurados na inspeção correcional passada.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançaram o percentual de 84,36% dos processos que tramitam no Foro. Nesse particular, o percentual manteve-se estável em relação aos dados apresentados no ano de 2014, quando os cadastros de reclamadas totalmente unificados vinculados a processos alcançou o percentual de 2,51%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços Dos Advogados		2819 – 66,60%	1414 – 33,40%	4233
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	39996 (Totalmente)- 88,79%	4838 – 10,74%	45045
		211 (Parcialmente) – 0,47%		
	Reclamada	26150 (Totalmente) – 58,05%	16013 – 35,55%	45044
		2881 (Parcialmente)- 6,40%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016, 11h21min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 66,6% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Bagé encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes encontravam-se totalmente unificados em 88,79% dos processos e os dos advogados de reclamadas em 58,05%.

Salienta-se ter se mantido estável o número de unificações de endereços de advogados.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	759 – 100%	0 - 0%	759
Processos com Órgãos	2616 – 100%	0 - 0%	2616



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016, 11h21min)

De acordo com o sistema informatizado, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, o mesmo em relação aos processos com órgãos unificados vinculados.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
Ação Anulatória	2	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	33	4	-87,88%	0
Ação Civil Pública	1	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	21	0	-100,00%	0
Ação de consignação	51	29	-43,14%	0
Ação de cumprimento	3	6	100,00%	0
Ação de indenização	35	7	-80,00%	0
Ação declaratória	13	3	-76,92%	0
Ação Possessória	1	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	1	1	0,00%	0
Carta de sentença	8	2	-75,00%	0
Carta precatória	120	28	-76,67%	0
DC/RVDC-instrução	1	0	-100,00%	0
Embargos de Terceiro	15	10	-33,33%	9
Habeas data	1	0	-100,00%	0
Homologação	1	0	-100,00%	0
Outros	2	0	-100,00%	0
Reclamatória-Ordinário	1961	558	-71,55%	0
Reclamatória-Sumaríssimo	287	42	-85,37%	0
TEE multa da DRT	1	0	-100,00%	0
TEE Outros	0	5	-	0
TOTAL	2.558	695	-72,83%	9
MÉDIA POR MÊS	213,17	57,92	-72,83%	1,29



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 695 novas ações em **processos físicos** no Foro de Bagé, registrando-se uma média mensal de 57,92 distribuições. Esse número foi inferior em 72,83% às ações distribuídas em 2014. Nos primeiros sete meses do ano de 2016, foram distribuídas 9 novas ações em processos físicos.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

	1ª Vara	2ª Vara	Total	Dias Úteis	Média/dia
Total em 2014	16.276	16.315	32.591	228	142,94
Total em 2015	12.154	11.887	24.041	224	107,33
Variação 2014-2015 (%)	-25,33%	-27,14%	-26,23%	-1,75%	-24,92%
Total em 2016 (até julho)	5.644	5.814	11.458	131	87,47
Variação (%)	-53,56%	-51,09%	-52,34%	-41,52%	-18,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 24.041 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 107,33 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 24,92% na média diária de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Bagé fica no segundo andar do prédio, junto à CCDF.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido (em 12/09/2016)			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0094500-64.1993.5.04.0811	25/04/2016	05/05/2016	130



0062500-25.2004.5.04.0811	25/04/2016	05/05/2016	130
0000621-70.2011.5.04.0811	31/05/2016	10/06/2016	94
0099500-17.2008.5.04.0812	12/08/2016	12/08/2016	31
0000409-41.2014.5.04.0812	17/08/2016	17/08/2016	26
0077300-16.2008.5.04.0812	31/08/2016	31/08/2016	12

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

No dia da inspeção constatou-se que os processos acima listados foram devolvidos, não remanescendo pendências de carga.

O coordenador informou que a cobrança da carga aos advogados é feita por telefone.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPC, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Bagé está dividida em 4 setores, formando 4 quadrantes no município de Bagé, separados pela Avenida General Osório (sul/norte) e pela Avenida General Neto (leste/oeste), sendo cada setor acrescido de municípios vizinhos que fazem parte da jurisdição de Bagé, assim distribuídos:

Setor 1: compreende o quadrante 1 de Bagé além dos municípios de Candiota e Hulha Negra;

Setor 2: compreende o quadrante 2 de Bagé, além dos municípios de Lavras do Sul e Aceguá;

Setor 3: compreende o quadrante 3 de Bagé, além dos municípios de Pinheiro Machado e Pedras Altas;

Setor 4: compreende o quadrante 4 de Bagé, além do município de Dom Pedrito.

Atualmente os Oficiais de cada setor são: setor 1: Rosa Lúcia D'Avila; setor 2: Celina Duval de Freitas; setor 3: Thais Albuquerque e setor 4: Raphael Paiva Pereira.

O revezamento dos oficiais entre os setores ocorre a cada 3 meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados são distribuídos uma vez por semana, sempre nas segundas-feiras, com exceção dos plantões - que são distribuídos no mesmo



dia do recebimento pela Central de Mandados ao Oficial de Justiça de plantão. Os mandados urgentes são distribuídos juntamente com os normais, nas segundas-feiras, mas tem prioridade no seu cumprimento.

Os mandados são devolvidos às Varas no mesmo dia em que entregues pelos Oficiais de Justiça na Central de Mandados.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
Mês/Ano	Total	Média Mensal
2014	3.499	291,58
2015	1.869	155,75
Variação 2014-2015 (%)	-46,58%	-46,58%
2016 (até julho)	739	105,57
Variação (%)	-60,46%	-32,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09. 2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	0	0,00
2015	880	73,33
Variação 2014-2015 (%)	-	-
2016 (até julho)	1.210	172,86
Variação (%)	37,50%	135,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Bagé recebeu 2.749 mandados, sendo 1.869 de processos físicos e 880 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 229,08 mandados recebidos, média geral 21,43% inferior à média verificada em 2014.



Por sua vez, no primeiro semestre de 2016 foram recebidos 1.949 mandados, dos quais 739 oriundos de processos físicos e 1.210 de processos eletrônicos.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução, em 2015, de 46,58% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
Busca e Apreensão	100	55	-45,00%	1
Citação	389	364	-6,43%	280
Condução de Testemunha	5	2	-60,00%	1
Notificação	2.357	1.120	-52,48%	198
Penhora	362	131	-63,81%	115
Outros	285	209	-26,67%	138
Total	3.498	1.881	-46,23%	733

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.16)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
Notificação	0	774	Não aplicável	1.097
Mandado	0	48	Não aplicável	77
Ofícios	0	15	Não aplicável	53
Total	0	837	Não aplicável	1.227

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2016)

Foram cumpridos 2.718 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.881 oriundos de processos físicos e 837 de processos eletrônicos. Em relação aos processos físicos, houve redução de 1.617 mandados cumpridos em 2015 (46,23%), na comparação com 2014.



A notificação foi a espécie mais frequente de diligência em 2015 tanto nos processos físicos quanto nos processos eletrônicos.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
Busca e Apreensão	3,27	1,40	-57,19%	0,00
Citação	3,61	2,25	-37,75%	3,72
Condução de Testemunha	10,00	6,00	-40,00%	16,00
Notificação	2,42	3,41	41,26%	3,09
Penhora	9,77	9,22	-5,62%	7,90
Outros	1,92	2,41	25,41%	1,88
Prazo Médio Geral	3,30	3,42	3,63%	3,87

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)
Notificação	Não aplicável	4,32	Não aplicável	4,56
Mandado	Não aplicável	5,60	Não aplicável	6,74
Ofício	Não aplicável	3,33	Não aplicável	3,75
Prazo Médio Geral	Não aplicável	4,38	Não aplicável	4,66

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2016)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos pela Central de Mandados de Bagé observou aumento de 3,63% em 2015. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras foram as diligências que demandaram maior tempo para cumprimento, ainda que tenham registrado redução no tempo médio em relação a 2014.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o prazo médio geral para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores foi de 4,38 dias. Dentre as espécies, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (5,6 dias)



4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.07)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	7	7,00%	0	0,00%	0	0,00%
Citação	51	13,11%	24	6,59%	35	12,50%
Condução de Testemunha	2	40,00%	0	0,00%		100,00%
Notificação	174	7,38%	106	9,46%	17	8,59%
Penhora	120	33,15%	40	30,53%	29	25,22%
Outros	19	6,67%	12	5,74%	5	3,62%
Total Geral	373	10,66%	182	9,68%	87	11,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.07)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	0	Não aplicável	87	11,24%	150	13,67%
Mandado	0	Não aplicável	8	16,67%	17	22,08%
Ofício	0	Não aplicável	0	0,00%	5	9,43%
Total	0	Não aplicável!	95	11,35%	172	14,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 182 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 9,67% de todos os mandados cumpridos, havendo diminuição em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso em 2014, que foi de 10,66%.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 95 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça



avaliadores em 2015, o equivalente a 11,35% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre as diligências, aquelas classificadas como “notificações” apresentam maior índice de devolução com atraso.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Bagé:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do Mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001021-76.2014.5.04.0812	812-00766/15	OUTROS	15/06/15	04/09/15	81
0000839-30.2013.5.04.0811	811-00571/15	PENHORA	15/06/15	04/09/15	81
0000247-15.2015.5.04.0811	811-00832/15	NOTIFICAÇÃO	30/11/15	03/02/16	65
0000667-54.2014.5.04.0811	811-00188/16	PENHORA	02/05/16	16/06/16	45
0000667-54.2014.5.04.0811	811-00188/16	PENHORA	02/05/16	16/06/16	45
0134000-20.2005.5.04.0811	811-00245/16	PENHORA	16/05/16	27/06/16	42
0134000-20.2005.5.04.0811	811-00245/16	PENHORA	16/05/16	27/06/16	42
0009600-94.2006.5.04.0811	811-00011/16	PENHORA	25/01/16	04/03/16	39
0009600-94.2006.5.04.0811	811-00011/16	PENHORA	25/01/16	04/03/16	39
0000164-30.2014.5.04.0812	812-01008/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36
0000164-30.2014.5.04.0812	812-01009/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36
0000391-54.2013.5.04.0812	812-01010/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36
0000026-66.2014.5.04.0811	811-00242/16	CITAÇÃO	16/05/16	21/06/16	36
0000026-66.2014.5.04.0811	811-00243/16	CITAÇÃO	16/05/16	21/06/16	36
0000164-30.2014.5.04.0812	812-01008/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36
0000164-30.2014.5.04.0812	812-01009/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36
0000391-54.2013.5.04.0812	812-01010/15	PENHORA	07/01/16	12/02/16	36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000026-66.2014.5.04.0811	811-00242/16	CITAÇÃO	16/05/16	21/06/16	36
0000026-66.2014.5.04.0811	811-00243/16	CITAÇÃO	16/05/16	21/06/16	36

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020465-64.2015.5.04.0811	Notificação	23/11/15	03/02/16	72
0020846-72.2015.5.04.0811	Mandado	07/01/16	09/03/16	62
0020850-12.2015.5.04.0811	Notificação	07/01/16	29/02/16	53
0020093-15.2015.5.04.0812	Notificação	07/12/15	18/01/16	42
0020291-55.2015.5.04.0811	Mandado	16/10/15	26/11/15	41
0020728-93.2015.5.04.0812	Notificação	30/11/15	08/01/16	39
0021251-84.2015.5.04.0334	Notificação	07/01/16	12/02/16	36
0020331-03.2016.5.04.0811	Mandado	17/05/16	22/06/16	36
0020210-69.2016.5.04.0812	Notificação	28/03/16	29/04/16	32
0020365-09.2015.5.04.0812	Mandado	04/04/16	03/05/16	29
0020498-17.2016.5.04.0812	Notificação	27/06/16	26/07/16	29
0020266-71.2016.5.04.0111	Notificação	30/06/16	29/07/16	29
0020688-17.2015.5.04.0811	Notificação	25/01/16	22/02/16	28
0020122-31.2016.5.04.0812	Notificação	29/02/16	28/03/16	28
0020209-21.2015.5.04.0812	Notificação	24/07/15	19/08/15	26
0020505-46.2015.5.04.0811	Notificação	07/01/16	02/02/16	26

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2016)



4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 02 mandados pendentes de devolução nos processos físicos. Tais pendências, no entanto, se atribuem à ausência do andamento de baixa no sistema.

	Nº Processo	Data da Distribuição	Nº Carga OJ	Tipo Mandado
1	0000798-29.2014.5.04.0811	29/08/16	811-00422/16	CITAÇÃO
2	0000336-69.2014.5.04.0812	31/08/16	812-00446/16	CITAÇÃO

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 12.09.2016, apresentava 8 mandados sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo distribuído em 18.07.2016.

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias pendentes
1	0020862-26.2015.5.04.0811	18/07/16	Mandado	ROSA LUCIA TELLECHEA DAVILA	56
2	0020465-64.2015.5.04.0811	29/08/16	Mandado	CELINA DUVAL DE FREITAS	14
3	0020641-09.2016.5.04.0811	29/08/16	Mandado	ROSA LUCIA TELLECHEA DAVILA	14
4	0020695-69.2016.5.04.0812	29/08/16	Notificação	THAIS ALBUQUERQUE	14
5	0020692-20.2016.5.04.0811	29/08/16	Notificação	CELINA DUVAL DE FREITAS	14
6	0020672-29.2016.5.04.0811	29/08/16	Mandado	ROSA LUCIA TELLECHEA DAVILA	14
7	0020152-69.2016.5.04.0811	31/08/16	Notificação	THAIS ALBUQUERQUE	12
8	0020148-32.2016.5.04.0811	31/08/16	Notificação	THAIS ALBUQUERQUE	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2016)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Bagé.



Celina Duval de Freitas						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	23	23	23	23	00	00
Citação	93	93	57	57	61	61
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	681	681	243	243	36	36
Penhora	103	106	21	21	30	29
Outros	65	65	18	18	21	21
Total	966	969	363	363	148	147

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	264	260	264	260
Mandado	00	00	20	20	19	18
Ofício	00	00	00	00	16	16
Total	00	00	284	280	299	294

Raphael Paiva Pereira						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	25	25	09	09	00	00
Citação	146	146	144	144	86	84
Condução de Testemunha	02	02	00	00	01	01
Notificação	730	730	291	291	51	51



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Penhora	85	85	43	43	39	39
Outros	105	105	77	77	50	50
Total	1093	1093	564	564	227	225
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	186	179	263	268
Mandado	00	00	13	10	23	26
Ofício	00	00	04	04	11	10
Total	00	00	203	193	297	304

Rosa Lucia Tellechea Davila						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	25	25	00	00	00	00
Citação	60	60	66	67	22	21
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	391	387	219	223	27	27
Penhora	75	83	28	28	28	27
Outros	56	55	55	56	19	18
Total	608	611	368	374	96	93
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	200	187	194	196
Mandado	00	00	06	06	15	13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ofício	00	00	10	09	12	12
Total	00	00	216	202	221	221

Thais Albuquerque						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	27	27	23	23	01	01
Citação	90	90	96	96	114	114
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	564	559	358	363	84	84
Penhora	90	88	37	39	20	20
Outros	60	60	59	58	49	49
Total	832	825	574	580	268	268
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.07)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	163	148	358	373
Mandado	00	00	12	12	20	20
Ofício	00	00	02	02	15	15
Total	00	00	177	162	393	408

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. A unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas e o espaço físico é suficiente.



Informou o Coordenador que as certidões negativas são expedidas e entregues, normalmente, assim que requeridas, e que os documentos juntados com o pedido são devolvidos ao solicitante, à exceção do requerimento e da guia GRU, os quais são arquivados na unidade.

Afirmou tomar providências para a unificação dos dados cadastrais das reclamadas, mediante consulta ao CNPJ ou CPF no sítio da Receita Federal, bem como no sítio dos Correios para verificação de endereços e CEPs. No caso de não haver CNPJ cadastrado, faz a pesquisa por razão social ou pelo nome em fantasia no sítio da Secretaria da Fazenda do RS para tentar localizar o CNPJ da reclamada. Caso não localize o CNPJ, é cadastrado o endereço mais recente, para reclamadas com vários cadastros. Para reclamadas com vários CNPJs, caso não haja indicação de um endereço específico para a unificação, todos os endereços existentes são cadastrados como unificados. Novas reclamadas incluídas no sistema já têm o endereço unificado

São cadastradas na unidade entre 2 e 3 reclamatórias verbais por ano, tarefa feita pelo próprio coordenador.

A unidade realiza o lançamento no sistema das petições recebidas em meio físico e faz remessa às Varas duas vezes por dia, uma às 16h e outra no final do expediente. Petições urgentes são remetidas de imediato, desde que confirmada pela Vara a sua urgência. Faz, ainda, o recebimento, a impressão e o cadastramento das petições enviadas pelo sistema VIPE e, ainda, a digitalização de quaisquer documentos recebidos e vinculados a processos eletrônicos.

Importante destacar o apoio que a unidade oferece a 1ª e 2ª Varas, atuando nas atividades determinadas pelos diretores como prioritárias, uma semana em cada vara, de forma alternada.

A CCDF também cadastra e distribui as Cartas Precatórias para as Varas no sistema PJe, anexando todos os documentos ao processo cadastrado. Atualmente, as CPs e os documentos são recebidos por meio eletrônico, em arquivo PDF, não havendo necessidade de digitalização. O mesmo procedimento serve para as Cartas de Ordem.

Os processos oriundos da Justiça Comum e os processos com declaração de incompetência são cadastrados no PJe e distribuídos a uma das Varas. Os autos físicos são enviados conclusos ao Juiz da Vara ao qual foi distribuído o processo, para apreciação. Havendo o recebimento, os autos físicos retornam à CCDF para digitalização das peças e anexação ao processo eletrônico anteriormente cadastrado.

Os servidores prestavam auxílio aos advogados na utilização do PJe mas, segundo o coordenador, tal atividade não tem mais sido demandada.

O tempo médio para cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça está adequado.

O arquivo fica junto da estrutura da CCDF, no 2º andar do prédio. Quando recebidos os lotes originados das Varas é feita a conferência da altura do lote e dos processos enviados, do número do processo, do número de volumes, se com ou sem dívida, se há processos apensados, se os documentos estão identificados corretamente, etc. Estando tudo correto, é gerado lançamento no inFOR do recebimento do lote, com a devida numeração. O lote é identificado com etiqueta contendo número e ano, bem como com a listagem da Vara de origem.



Por fim, pela análise dos dados disponíveis a essa Vice-Corregedoria e pelos obtidos durante a visita, merece parabéns o Coordenador Nilson Carvalho Dias e a sua equipe pela dedicação ao trabalho e pelo auxílio que a Coordenadoria tem prestado diretamente às Varas, nas tarefas que forem necessárias.

6 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na 1ª Vara de Bagé, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Ninguém compareceu.

7 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à essa Vice-Corregedoria, através do e-mail Vice_cor@trt4.jus.br, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimimento de cada uma das inconsistências detectadas.

8 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Mauro Augusto da Silva e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor